

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

**TAMARA RIBEIRO DA SILVA**

**ELITES POLÍTICAS: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS MINISTROS  
BRASILEIROS, DO PERÍODO DE 1995 A 2014.**

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

**TAMARA RIBEIRO DA SILVA**

**ELITES POLÍTICAS: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS MINISTROS  
BRASILEIROS, DO PERÍODO DE 1995 A 2014.**

Monografia apresentada ao Laboratório de Gestão de Políticas Públicas – LGPP da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como pré-requisito para obtenção do título de bacharela em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardozo

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

2018

**TAMARA RIBEIRO DA SILVA**

**ELITES POLÍTICAS: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS MINISTROS  
BRASILEIROS, DO PERÍODO DE 1995 A 2014.**

Monografia apresentada ao Laboratório de Gestão de Políticas Públicas – LGPP da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como pré-requisito para obtenção do título de bacharela em Administração Pública.

Aprovada em 27 de novembro de 2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardozo (Orientador)

---

Prof. Doutor Mauro Macedo Campos

---

Luana Puppim Pratti

Mestra em Sociologia Política

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

2018

## AGRADECIMENTOS

Superação! É esta a palavra que define a minha trajetória na UENF no decorrer desses anos de graduação. Superação de expectativas, superação de obstáculos, superação como pessoa. A UENF me apresentou um mundo completamente novo, mundo do qual talvez nunca tivesse imaginado conhecer. Por isso, eu começo a agradecer à UENF por ter ampliado meus horizontes, por ter testado a cada dia as minhas capacidades e assim me mostrando o quão capaz eu sou de realizar meus objetivos. Por esta universidade criei carinho, admiração e respeito, os quais levarei por toda a minha vida.

Agradeço a minha família por todo apoio dado a mim neste período, em especial a minha mãe Lucy, uma mulher guerreira e detentora de um coração enorme de amor infinito, uma mãe que qualquer pessoa gostaria de ter. Preocupava-se quando me via cansada devido à minha rotina, mas ainda assim me apoiava, porque sabia que essa havia sido a minha escolha. Dentre tantas demonstrações de carinho que amenizavam a sobrecarga das atividades cotidianas. Agradeço também a minha irmã Elizângela, por todas as noites que se preocupava em ir até o ponto de ônibus, levando o meu sobrinho Vinícius mesmo que às vezes com sono, para me esperar chegar, tarde da noite após um longo dia de faculdade e estágio. E ao meu irmão Éder, que apesar do cansaço obtido após um dia de trabalho, nunca mediu esforços para me buscar em algum local quando precisava. Foram atitudes simples como estas que me sustentaram e me fizeram superar as minhas dificuldades diárias, demonstrações de carinho e cuidado que me fazem agradecer a Deus por me dar uma família como vocês. Ter vocês ao meu lado foi de suma importância para essa conquista.

Além daquela de sangue, ao longo da vida a gente vai conhecendo pessoas tão incríveis e especiais que acaba por considerá-las como família também. Por isso, eu não poderia me esquecer de agradecer aos amigos que fiz durante a minha graduação, e que hoje considero como irmãos. Agradeço à minha amiga Rejane, que esteve comigo desde os primeiros dias desta jornada como fiel companheira, à minha amiga Luiza que sempre me trouxe para a realidade, principalmente nos trabalhos em grupo, sendo sempre a melhor gerente de projetos e ao meu amigo Alex por toda a sua alegria contagiante, que com certeza tornaram os meus dias mais leves. Nossa amizade, com certeza, será levada para além da UENF, vocês fizeram desse ciclo da minha vida um momento especial.

Agradeço também ao meu orientador Hugo Borsani, por acreditar em mim, por toda a paciência durante as orientações e pela abertura concedida a mim para dar opiniões durante os trabalhos realizados na minha Iniciação Científica. Trabalhos que nos geraram duas premiações, as quais me fizeram acreditar um pouco mais em meu potencial. E também por me orientar neste trabalho.

Agradeço ainda a todos os professores do curso de Administração Pública, por todo conhecimento compartilhado durante a minha formação e que contribuíram não apenas para minha formação acadêmica, mas também para minha formação cidadã. Obrigada à toda a equipe do LGPP, que sempre foi muito solícita comigo e com todos os meus colegas de curso.

E por fim, agradeço a todo o corpo docente do curso de Design Gráfico do IFF Centro, em especial aos meus supervisores Joelma e Alan, que durante o meu período de estágio na Coordenação do curso, sempre me trataram com uma cordialidade incrível, confiaram em mim e no meu potencial profissional e me proporcionaram um ambiente de trabalho incrível, o melhor local para estagiar que eu poderia encontrar com certeza.

*“Muitas pessoas devem a grandeza de suas vidas aos problemas e obstáculos que tiveram de vencer.”*

*Charles Haddon Spurgeon*

## RESUMO

A presente monografia é uma análise sobre elites políticas no Brasil, de forma mais específica sobre o perfil dos Ministros de Estado. O objetivo é identificar, através de análises comparadas entre grandes áreas ministeriais, características do perfil pessoal dos ministros, como sexo, idade e escolaridade; do perfil profissional como a formação e a profissão; e do perfil da trajetória política em cargos públicos eletivos ou de livre nomeação. O trabalho começa com a abordagem dada pela Teoria Clássica das Elites, através de seus autores fundadores, Mosca, Pareto e Michels e com estudos contemporâneos sobre o tema. No último capítulo, foram expostos os resultados decorrentes das análises realizadas com informações de todos os ocupantes da titularidade dos ministérios entre os anos 1995 e 2014. Tais resultados indicam um predomínio masculino em todas as áreas ministeriais, enquanto a grande maioria dos chefes ministeriais possuíam pelo menos diploma de graduação e também experiência política considerável antes de assumir o cargo de ministro. Ademais, diferenças significativas são observadas entre os ministros da área econômica em comparação com as demais áreas analisadas. Especialmente, em relação à idade média que foi a menor dentre todas as áreas; a escolaridade, com alto percentual de doutores, além de diferenças quanto à formação acadêmica, profissão e a experiência em cargos da Administração Pública. Uma vez que, os ministros dessa área representaram o menor percentual referente à experiência em cargos eletivos e o maior percentual em cargos públicos de livre nomeação, quando comparados aos chefes ministeriais das demais áreas.

**Palavras-chave:** Elites políticas, Ministros brasileiros, Ministérios.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Perfil dos ministros (1995 a 2014) de acordo com o sexo, em percentual, segundo a área ministerial.....	34
Gráfico 2: Idade média dos ministros (1995 a 2014) de cada área ministerial, em anos.....	35
Gráfico 3: Nível de escolaridade dos ministros (1995 a 2014), de acordo com as áreas ministeriais, em números percentuais.....	36



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição percentual dos ministros (1995 a 2014) por faixa etária, segundo área ministerial.....	35
Tabela 2: Formação acadêmica dos ministros (1995 a 2014), segundo as áreas ministeriais, em valores percentuais.....	38
Tabela 3: Profissão exercida pelos ministros (1995 a 2014) anteriormente à nomeação, em valores percentuais.....	39
Tabela 4: Percentual de ministros (1995 a 2014) com experiência em cargos eletivos.....	40
Tabela 5: Percentual de cargos eletivos exercidos pelos ministros (1995 a 2014), anteriormente à nomeação.....	42
Tabela 6: Percentual de ministros (1995 a 2014) com experiência em cargos públicos, não eletivos, de direção ou assessoramento.....	43
Tabela 7: Percentual de cargos públicos exercidos pelos ministros (1995 a 2014) anteriormente à nomeação.....	45

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I: A Teoria Clássica das Elites.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Mosca.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Pareto.....</b>	<b>15</b>
<b>1.3 Michels.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO II: Elites políticas e sua contemporaneidade.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 A importância do estudo sobre elites políticas.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 Elites Políticas Ministeriais e seu papel na política nacional.....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO III: Esclarecimentos Metodológicos.....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO IV: Perfil dos ministros de acordo com as áreas ministeriais.....</b>	<b>33</b>
<b>4.1 Perfil dos ministros por sexo.....</b>	<b>33</b>
<b>4.2 Idade dos ministros.....</b>	<b>34</b>
<b>4.3 Escolaridade dos ministros.....</b>	<b>36</b>
<b>4.4 A formação acadêmica dos ministros.....</b>	<b>37</b>
<b>4.5 A profissão dos ministros.....</b>	<b>38</b>
<b>4.6 Experiência profissional dos ministros em cargos da Administração Pública.....</b>	<b>40</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

O elitismo surge como teoria no final do século XIX e início do século XX, quando teóricos como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, começaram a dar ênfase ao tema a partir de estudos com metodologias científicas mais consolidadas. Sendo assim, estes três autores são considerados a tríade de sustentação da chamada Teoria Clássica das Elites. Segundo esta teoria, todas as sociedades, até mesmo aquelas que adotam o sistema democrático de governo, possuem grupos relativamente pequenos que exercem, de alguma forma, uma dominação sobre um grupo mais numeroso de pessoas. A este pequeno grupo de indivíduos é dado o nome de elite.

A elite é assim chamada pelo fato de se constituir por um pequeno número de indivíduos que possuem uma grande capacidade de organização, e detém de mecanismos e recursos de poder que influenciam toda uma sociedade, como o exercício de altos cargos da Administração Pública. Além disso, segundo estes autores, os indivíduos que fazem parte da elite possuem características muito valorizadas pela sociedade onde se encontram, como a riqueza por exemplo.

Tendo em vista que a formação das elites é algo inevitável, porque a própria sociedade possui características intrínsecas que acabam por formar estes grupos de dominação, os autores concluem que o sistema democrático seria algo irrealizável, partindo de seus princípios básicos de igualdade e soberania popular, pois seria impossível que todo o povo deliberasse sobre todas as questões inerentes ao interesse público. Dessa forma, se faz necessário o sistema de delegação e isto acaba por corroborar que um grupo de pessoas eleitas, ou seja a elite, decida questões de interesse público, o que nada mais é do que uma espécie de dominação legal.

Então, temos que os integrantes do alto escalão governamental constituem uma elite política, não apenas os detentores de cargos eletivos, mas também os indivíduos que estão no exercício de cargos de livre nomeação do Poder Executivo, como é o caso dos ministros de Estado. Uma vez que, num sistema presidencialista, cada ministro fica encarregado de uma pasta ministerial com um tema específico, a fim de implementar políticas públicas, administrar recursos financeiros e auxiliar o Presidente da República no cumprimento de seu plano de governo.

A partir de tais questões, identifica-se que pesquisar a respeito do perfil dos ministros brasileiros se torna importante para uma melhor compreensão a respeito das elites políticas brasileiras, uma vez que a maioria dos estudos sobre elites no Brasil possuem como objeto central os integrantes do Poder Legislativo. Ademais, estudar elites colabora para um melhor entendimento acerca das questões políticas que se encontram presentes ao longo do tempo no cenário nacional.

Desde 2015 estudos referentes ao perfil e a trajetória políticas dos ministros dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff foram realizados através do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, sob a orientação do Professor Doutor Hugo Borsani. A pesquisa teve como objetivo identificar o perfil e a trajetória pública dos ministros brasileiros de cada governo, realizando comparações entre os períodos presidenciais, a fim de identificar se havia ou não algum padrão nas nomeações ministeriais deste período. O que as análises mostraram foi que não havia grandes diferenças nos perfis dos ministros entre os diferentes governos, entretanto existem algumas diferenças quando as comparações são feitas de acordo com o partido dos presidentes.

A partir daí, a indagação começou a ser se existiria então alguma diferença entre o perfil dos ministros segundo os diferentes tipos de ministérios. Sendo assim, este trabalho monográfico tem como objetivo identificar o perfil dos ministros brasileiros do período de 1995 à 2014, de acordo com as Áreas Ministeriais, que são basicamente conjuntos de ministérios com temáticas afins, em alguma medida. Ao todo foram definidas cinco Áreas ministeriais, sendo elas: econômica, infraestrutura e tecnologia, política, produtiva/ meio ambiente e social. Todos os dados utilizados na realização das análises do presente trabalho foram fruto do banco de dados criado durante a pesquisa de Iniciação Científica citada anteriormente. A fonte dessas informações assim como a metodologia utilizada serão esclarecidas no Capítulo III deste trabalho.

Nos capítulos que integram esta monografia, buscou-se esclarecer a respeito da Teoria Clássica das Elites de modo geral, além de elucidar a importância do estudo sobre o tema assim como demonstrar como se encontra os trabalhos sobre elites na literatura contemporânea, além disso, explicar a importância contida no cargo de Ministro de Estado e por fim, explicitar os resultados obtidos pelas análises feitas a respeito do perfil dos ministros brasileiros desde 1995 até 2014.

## CAPÍTULO I: A Teoria Clássica das Elites

A Teoria Clássica das Elites tem como sustentação teórica os autores clássicos Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, que apesar de possuírem visões políticas divergentes em certos pontos, consideravam a democracia liberal um sistema utópico, uma vez que a realidade prática desse sistema não condizia, de fato, com seus ideais, como a soberania popular e a igualdade política de seus membros. Sendo assim, consideravam que os estudos que tomavam esses princípios como pressupostos eram muito abstratos e sem sustentação realista.

Dessa forma, a Teoria Clássica das Elites surge como uma crítica ao sistema democrático, que possuía ideais dos quais na visão dos elitistas clássicos seriam inatingíveis, devido às próprias características de estratificação social, intrínsecas a todas as sociedades e às inúmeras dificuldades oriundas da capacidade de organização de grandes grupos para deliberar a respeito de questões políticas. Cada um desses autores concedeu contribuições importantes para a consolidação da Teoria das Elites como veremos a seguir.

### 1.1 Mosca

Gaetano Mosca possui como obra clássica e precursora no estudo sobre elites o livro *Elementi di Scienza Política* (1896).<sup>1</sup> Neste livro, o autor defende a ideia de que os procedimentos científicos de observação e verificação, que eram utilizados nas ciências naturais até então, deveriam ser expandidos às ciências sociais. A partir da analogia de que, enquanto nas ciências da natureza o processo de evolução ocorre pelo predomínio do mais forte pelo mais fraco, nas sociedades este processo se dá em função do predomínio econômico, político e social. Logo, podemos inferir que o principal marco desta obra foi o surgimento de uma metodologia de caráter científico que, a partir de uma visão realista, visa entender as dinâmicas políticas. Deste modo, entende-se que o método histórico seria o mais adequado para as análises dos fenômenos sociais e políticos, onde os resultados seriam obtidos a partir da observação dos diversos grupos e organismos políticos, em vários períodos históricos e em diversos tipos de civilização.

A partir de seus estudos, Mosca conclui que em todas as sociedades existem duas classes sociais: a dos governantes, também chamada de classe política ou dirigente, e a classe dos governados, denominada também de “massa”. A classe dos governantes é sempre

---

<sup>1</sup> Versão utilizada para este trabalho, com tradução em espanhol, foi publicada em 1992.

constituída por uma minoria de indivíduos que desempenha todas as funções políticas e detém o monopólio do poder, usufruindo ainda de vantagens e privilégios obtidos por sua função. Já a classe dos governados se caracteriza por ser sempre mais numerosa do que a anterior, entretanto, é sempre dirigida e regulada pela classe dos governantes, seja de forma legal ou não. Ou seja, em todos os países existe uma minoria de pessoas influentes que administram a coisa pública e assim influenciam e conduzem uma determinada sociedade, não importando o quão democrática esta venha a ser. Ademais, o autor evidencia que quanto mais numerosa for a classe dos governados, menor precisará ser a dos governantes em relação à primeira. Isso é explicado pela capacidade de organização de cada classe. Em outras palavras, quanto maior for a classe dos governados, menor será sua capacidade de se organizar, devido a heterogeneidade desta massa de indivíduos, que visam interesses pessoais, e assim perdem a capacidade para reagir às ações dos seus governantes. E, por fim, além da vantagem referente à capacidade de organização da minoria governante, cabe destacar que seus integrantes possuem características específicas, que fazem com que se destaquem da massa de governados, como uma “superioridade” material, intelectual ou mesmo moral, ou seja alguma característica que, de alguma forma, é apreciada na sociedade onde vivem, sendo consideradas como qualidades.

As qualidades valorizadas e consideradas características de superioridade, estão relacionadas aos diferentes tipos de sociedades. Nas sociedades primitivas, a qualidade referente ao poder militar é aquela na qual mais facilmente se pode ter acesso à classe dirigente. Isso se deve, segundo Mosca, ao fato de que as guerras neste tipo de sociedade são mais comuns, logo os indivíduos com tais aptidões adquirem mais facilmente a supremacia sobre os demais, ou seja, os mais fortes e corajosos se tornam os chefes. Entretanto, à medida que as civilizações se desenvolvem, e a ideia de propriedade privada se intensifica, o valor militar vai sendo substituído pela riqueza, logo, os governantes passam a ser os ricos ao invés dos fortes e corajosos. Por fim, existem sociedades onde as crenças religiosas são muito fortes, e os grupos religiosos formam uma classe especial, a qual Mosca denomina de aristocracia sacerdotal, esta obtém parte menor da riqueza e do poder político, mas possui como principal mecanismo de controle a religião, e, portanto, das crenças e valores das pessoas, devido acentralidade da religião nesse tipo de sociedade.

Mosca conclui que a classe política dirigente possui uma tendência à derrocada, na medida em que as sociedades modificam seus valores, fato que as levam ao anseio de novas

formas de poder. Posto isto, a partir do declínio de uma classe política dirigente uma nova classe dirigente teria ascensão ao poder, a fim de devolver a estabilidade política.

Las clases políticas declinan inexorablemente cuando ya no pueden ejercer las cualidades mediante las que llegaron al poder, o cuando no pueden prestar más el servicio social que prestaban, o cuando sus cualidades y los servicios que prestaban pierden importancia en el ambiente social donde viven. (MOSCA, 1992, p. 126)

Tendo em vista o exposto, a partir da afirmação feita por Mosca respeito da divisão de classes, dos governantes e dos governados, o autor põe a classe política como objeto central da ciência política, devendo esta ser estudada a partir de três concepções: a dos seus recursos, sendo eles militar, sacerdotal, econômico ou intelectual; a constituição da autoridade, podendo ser autocrática ou liberal; e sua tendência à formação, aristocrática ou democrática.

## 1.2 Pareto

O italiano Vilfredo Pareto, à semelhança de Mosca, foi de fundamental importância para a consolidação da Teoria das Elites no campo das Ciências Sociais, uma vez que ela deixa de ser uma área de considerações e especulações e se estrutura como uma teoria. O autor se dedicou aos estudos no campo da economia e sociologia e defendia a realização de estudos científicos neutros e objetivos dos fenômenos sociais, onde os estudiosos deveriam deixar de lado seus preconceitos e paixões. Isso seria possível através da substituição do método dedutivo, que parte de pressupostos tomados como verdades, pelo método lógico-experimental, onde se faz uso da observação do mundo real e as hipóteses podem ser confrontadas com os fatos. Sendo assim, Pareto conclui que as ações humanas poderiam ser objeto de estudos científicos, desde que a ciência encontrasse meios eficazes para obtenção de seus objetivos, ao invés de explicitar quais os objetivos deveriam orientar a ação humana. Ademais, através da metodologia de observação de fatos concretos, chegou-se a conclusão que todos os fenômenos sociais possuem dois aspectos, sendo eles o objetivo e o subjetivo, isto é, a realidade e o modo como ela se apresenta aos homens. Sobre isto, Pareto explica que:

Seja A um fato real e B um outro fato real, que têm entre si uma relação de causa e efeito, ou então de dependência mútua. É a isso que nós chamamos uma relação *objetiva*.

A essa relação corresponde, no espírito do homem, uma outra relação A'B', que é propriamente uma relação entre duas concepções do espírito, ao passo que AB era uma relação entre duas coisas. A essa relação A'B' nós denominaremos *subjetiva*.

Se encontrarmos no espírito dos homens de determinada sociedade certa relação A'B', podemos pesquisar: α) qual é o caráter dessa relação subjetiva, se os termos A'B' têm uma significação precisa, se existe ou não uma ligação lógica; β) qual é a relação objetiva AB que corresponde a essa relação subjetiva A'B'; γ) como nasceu

e de que maneira foi determinada essa relação subjetiva A'B'; δ) de que modo a relação AB se transformou em relação A'B'; ε) qual é o efeito da existência das relações A'B' sobre a sociedade, correspondam elas a algo de objetivo AB, ou sejam elas completamente imaginárias. (PERETO, 1996, p. 57)

Tendo em vista que todo conhecimento humano é subjetivo, uma vez que o próprio ser humano é intrinsecamente subjetivo, e por esse motivo, não consegue realizar ações totalmente objetivas, Pareto esclarece que as ações humanas podem ser classificadas, basicamente, em dois tipos: as “ações lógicas”, que são decorrentes do raciocínio, ou seja, apresentam lógica entre os aspectos objetivo e subjetivo; e as ações “não-lógicas” que são baseadas em estados psíquicos e de espírito, como os instintos e hábitos. Entretanto, (...) “nas ações reais os tipos estão quase sempre misturados e uma ação pode ser, em grande parte, não-lógica e, em pequena parte, lógica ou vice-versa.” (PARETO, 1996, p. 56). A partir desse entendimento acerca das ações humanas, conclui-se que a maioria delas são oriundas dos sentimentos, e a isto Pareto chama de “resíduos”, por conseguinte, à tentativa de racionalização desses resíduos é dado o nome de “derivações”.

A política seria, de acordo com Pareto, parte das ações não-lógicas, e surge a partir daí a importância que os resíduos têm na construção de sua teoria social, especialmente na Teoria das Elites, a partir do momento que serve de explicação para a heterogeneidade social e divisão da sociedade. Tais resíduos são classificados em seis tipos: Instinto das combinações; Persistência dos agregados; Necessidade de manifestar os sentimentos com atos externos; Resíduos em relação à sociabilidade; Integridade do indivíduo e suas dependências; e Resíduo sexual. A explicação para a heterogeneidade social e o fato de todas as sociedades possuírem uma classe dominante, é dada pelos resíduos referentes à sociabilidade, uma vez que, de acordo com Pareto, tais resíduos geram sentimentos de hierarquia.

Em sua obra *Curso de Economia Política*, publicada originalmente em 1897<sup>2</sup>, Pareto faz uma crítica a respeito do princípio igualitário do socialismo. Porém, parte da perspectiva da luta de classes, elaborada por Karl Marx, para afirmar que todo sistema político, até mesmo o comunista, produz uma classe exploradora constituída por um pequeno grupo de pessoas que exercem controle à um grupo vasto de indivíduos explorados. Ou seja, a questão de dominação não seria algo exclusivo do sistema capitalista, mas sim algo inerente à natureza humana, enquanto sociedade (HOLLANDA, 2011). Por ser um economista, Pareto, muitas vezes tinha a matemática como base explicativa em questões sociais, e não foi

---

<sup>2</sup>Versão utilizada para este trabalho, possui tradução para o português e foi publicada em 1984.



diferente em relação a Teoria das Elites. O autor utilizou de seu “Princípio de 80/20” para explicar que em uma sociedade, 20% da população constituía a classe alta (a elite), enquanto os outros 80% representavam a população dominada.

Pareto, concorda com Mosca ao afirmar que todas as sociedades possuem tendência a serem governadas por uma classe dominante, independentemente do quão democráticas possam ser. Isto se deve ao fato de que os indivíduos possuem diferenças, físicas, morais e intelectuais, formando uma heterogeneidade social. Em outras palavras, a elite é decorrente de uma desigualdade natural entre os homens (os resíduos), logo a desigualdade social é simplesmente um reflexo de tal condição. A partir disso, é possível fazer uma divisão da sociedade em dois estratos: o estrato superior, denominado de elite ou classe eleita, que é composta pelos indivíduos com os melhores índices de desempenho em suas atividades. A elite seria ainda segregada em dois tipos: a elite governante, ou seja, aquela que compõe o governo direta ou indiretamente (nesta classe estariam aqueles que não possuem cargos políticos muito baixos como, por exemplo, os ministros, senadores, deputados, chefes de gabinete em ministérios, entre outros.); e a elite não governante, onde seus integrantes não exercem comando político, mas, por controlarem recursos sociais importantes, possuem poder de influência no cenário político. Podemos entender esta última como aquela onde estariam inseridos os detentores de grandes e fortes mecanismos de mercado, como os grandes banqueiros e industriais. Por fim, o estrato inferior seria composto pelos comandados, também chamado de classe não-eleita.

De acordo com Pareto, as elites sofrem reestruturações, à medida que existe uma movimentação entre as classes eleita e não-eleita. Isto é, existe uma “circulação das elites” que promove uma contínua e lenta transformação, de forma que alguns indivíduos saem de seus postos enquanto que, em contrapartida, outros indivíduos ocupam novos cargos. É ressaltado que o equilíbrio social se dá quando tais movimentos de circulação acontecem de forma moderada, tendo em vista a heterogeneidade entre os indivíduos. A partir desse processo, existe também um movimento de resíduos entre as classes inferiores e as classes eleitas, principalmente quando os indivíduos do estrato inferior passam a ocupar cargos pertencentes à elite, basicamente através de indicações ou troca de favores, uma vez que, segundo Pareto, tais indivíduos não possuem os melhores índices de suas áreas de atividade. Se essa ascensão de resíduos ocorre de forma moderada, tal fato não é, necessariamente ruim, entretanto se acontece de forma brusca e excessiva, acaba afetando o equilíbrio social. Isto é explicado pelo fato de que as revoluções ocorrem, justamente, quando existe um acúmulo de

resíduos inferiores nos estratos superiores, ou seja, quando pessoas que não possuem características de governantes e ocupam tal posição, não conseguem se manter no poder por muito tempo, gerando uma instabilidade política. Ademais, a quantidade de indivíduos com características que os tornam aptos à posição de mando, ou seja, com elementos da qualidade superior, nos estratos inferiores também aumenta. Logo, tudo isso gera uma desordem social. Desse modo, podemos compreender que as classes sociais são estáticas e apenas a elite é circulável, em outras palavras, uma ascensão de um indivíduo, de origem do estrato inferior, ao estrato superior, não muda sua condição enquanto classe, mas sim, altera o retrato da elite.

### 1.3 Michels

Dando continuidade aos estudos sobre a Teoria das Elites, Robert Michels, teve como objeto principal as instituições, sendo elas os sindicatos e os partidos políticos. Em sua obra *Sociologia dos Partidos Políticos* (1911)<sup>3</sup>, afirma que as instituições são primordiais à democracia, entretanto, a partir de suas análises, chegou à conclusão de que as elites se reproduzem também institucionalmente, não sendo apenas uma questão psicológica das massas, nem do movimento das sociedades, e que até mesmo as instituições da democracia serão pouco democráticas no seu funcionamento. Em outras palavras, as instituições são, intrinsecamente, oligárquicas devido: a) a burocratização, pois quanto maior se torna uma determinada organização, mais esta precisa de mecanismos de planejamento e controle formais; e b) a especialização, uma vez que cada membro se especializa em determinada função buscando maior eficiência e competitividade institucional. A partir disso, os grupos se dividem e se oligarquizam invariavelmente, isto é, o caráter oligárquico das organizações se deve ao processo de hierarquização. A este fenômeno foi dado o nome de “*Lei de Ferro das Oligarquias*”.

Reduzida à sua mais breve expressão, a lei sociológica que rege inelutavelmente os partidos políticos (dando a palavra “políticos” seu sentido mais abrangente) pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia. (MICHELS, 1982, p. 238).

Para Michels, o fato da massa ser numericamente enorme inviabiliza que ela se reúna para tomar decisões, até mesmo quando ela se organiza em assembleias, porque é impossível que todas as pessoas sejam ouvidas, ou que as assembleias consigam tomar decisões que atendam aos desejos de todos os seus integrantes. Dessa forma, torna-se necessário a criação de delegados em meio às massas, que sejam capazes de representá-las e de garantir a

---

<sup>3</sup> Versão utilizada para este trabalho, possui tradução para o português e foi publicada em 1982.

realização de seus anseios. Esse sistema de representação ocorre até mesmo nas democracias, onde um grupo é eleito para tomar decisões por toda uma sociedade. Isto, para Michels, leva à oligarquização, isto é, a representação é o caminho para a oligarquização, porque implica no distanciamento entre representantes e representados, primeiro em conhecimento e expertise, e segundo pelo interesse em se manter em seus cargos com seus respectivos benefícios. Ademais, existe a profissionalização da política nas democracias de massa, isto é, os governantes se especializam cada vez mais no ramo da política, ocupam diversos cargos políticos ao longo de sua trajetória profissional, e isso leva ao que a literatura denomina de políticos profissionais, ou seja, pessoas que fazem da política sua profissão e principal fonte de sustento, até mesmo aqueles que possuem um diploma profissional. O grande problema revelado por Michels é o conflito de interesses entre as partes, uma vez que os governantes, ao visarem a política como uma profissão e fonte de renda, passam a representar seus interesses particulares na execução de seus cargos, ao invés do interesse público, aquele pelo qual foi eleito.

Outro fato que explica o motivo pelo qual as massas sempre são governadas por uma minoria é o pouco interesse dos cidadãos pelos assuntos públicos, sendo alheios à política, exercendo seu papel cívico apenas no pagamento dos tributos e nas eleições. O autor ainda realiza uma estratificação social em basicamente, três classes: a elite, que governa as massas, que, por sua vez, podem ser massa urbana, que são minimamente representadas pelos comitês e partidos; e a massa rural, esta sendo totalmente alheia à vida política. Os partidos políticos, que ao menos deveriam ser criados com o objetivo principal de representar os diversos interesses das massas não cumprem este objetivo. Na visão de Michels, assim como a população, poucos são os partidos que estão, verdadeiramente, interessados em representar e deliberar sobre os interesses coletivos. Sobre este sistema de representação o autor afirma que:

Apesar de queixar-se, às vezes, a maioria, no fundo, está encantada por ter encontrado indivíduos dispostos a cuidar dos seus assuntos. A necessidade de serem dirigidas e guiadas é muito forte entre as massas, mesmo entre as massas organizadas do partido operário. E essa vem acompanhada de um verdadeiro culto aos chefes que são considerados como heróis. (MICHELS, 1982, p. 35)

Por fim, o autor possui uma visão pessimista sobre o sistema democrático, e enfatiza que as democracias trazem soluções aos problemas percebidos em outros tipos de governo, mas assim que se consolidam, acabam se tornando as aristocracias que tanto criticavam

inicialmente. Formando assim um ciclo vicioso e sem fim, onde os homens buscam a realização de interesses pessoais no que é, na verdade, público.

A partir do momento em que atingem certo grau de desenvolvimento de poder, as democracias começam a se transformar pouco a pouco, adotando o espírito e muitas vezes também as formas da aristocracia que elas tinham amargamente combatidas no passado. Mas contra a traição se dirigem incessantemente novos acusadores que, após uma era de combates gloriosos e de poder sem honra, terminam por misturar-se à velha classe dominante, cedendo o lugar a oponentes novos que, por sua vez, os atacam em nome da democracia. E esse jogo cruel provavelmente nunca terá fim. (MICHELS, 1982, p. 243).

É importante esclarecer, que os estudiosos sobre o elitismo não eram contra os ideais democráticos, entretanto não acreditavam que tais ideais pudessem, efetivamente, fazer parte da realidade social, uma vez que todos os sistemas políticos, segundo eles, instituem uma relação de dominação entre os homens, uma tendência a formação de elites. Ademais, para os mesmos, a desigualdade é uma condição necessária para qualquer sociedade, logo, a ideia de igualdade não é válida para ser usada como pressuposto para entender o real funcionamento da política. O elitismo busca, através de métodos científicos, o entendimento realista das dinâmicas políticas. (HOLLANDA, 2011)

Posteriormente a Mosca, Pareto e Michels, os estudos sobre elites teve continuidade com cientistas sócias como Charles Wright Mills, Robert Dahl e Giovanni Sartori que ao se dedicarem aos estudos sobre o tema prestaram significativas contribuições à Teoria Clássica das Elites. Proporcionando melhor entendimento acerca da formação e recrutamento das minorias politicamente ativas que exercem poder e governam as diversas sociedades.

## **CAPÍTULO II: Elites políticas e sua contemporaneidade**

A partir dos esclarecimentos acerca da Teoria Clássica das Elites realizados no capítulo anterior, este capítulo busca elucidar como esta teoria se faz presente no cenário político atual e como o tema vem sendo abordado nacionalmente pelos sociólogos e cientistas políticos, bem como corroborar a respeito da importância de se ampliar os estudos desta área para além do Poder Legislativo para uma melhor compreensão das dinâmicas inerentes ao cenário político nacional.

### **2. 1 A importância do estudo sobre elites políticas**

A partir dos teóricos clássicos, que enfatizavam que os cientistas políticos deveriam dar maior atenção aos mecanismos sociais e políticos, que norteavam a composição das “minorias politicamente ativas”, o tema ganhou ênfase entre a ciência política, principalmente no século XX. Entretanto, por volta das décadas de 1960 e 70 o tema perdeu fôlego entre os cientistas sociais, principalmente no Brasil, onde os estudos sobre elites políticas praticamente desapareceram. Uma das explicações para este fenômeno foi o surgimento de novas perspectivas teóricas e metodologias de pesquisa. (PERSSINOTTO e CODATO, 2008)

Mesmo após teorias sociais críticas à importância do estudo sobre elites políticas como o “Anti-elitismo do Marxismo Estruturalista” e o “Institucionalismo de Escolha Racional”, que partiam de pressupostos distintos, mas tinham em comum o argumento de que os atributos das elites políticas não eram uma variável fundamental para explicar as decisões públicas, o estudo sobre elites continuou a ser defendido por outra parcela da literatura sob a afirmação de que “(...) a natureza da elite (seus perfis sociais, atributos profissionais, valores mentais) *pode vir a ser* um fator importante para a explicação dos fenômenos políticos.”(PERSSINOTTO e CODATO, 2008)

Grande parte dos estudos sobre elites políticas se concentram nos ocupantes de cargos eletivos. Dentre alguns trabalhos que evidenciam tal questão estão os de Miguel (2003), que examina a trajetória dos deputados federais eleitos no decorrer de quatro legislaturas, com o objetivo de entender como os meios de comunicação podem ser uma variável forte para a eleição de pessoas com pouca experiência política; de Lemos e Ranincheski (2008) que realizam uma análise acerca do perfil dos senadores brasileiros da década de 90; e de Borsani(2014) onde é empreendida uma análise comparada a respeito das características e evolução dos representantes no legislativo do Brasil e do Chile.

Entretanto, cabe destacar que no Brasil o Poder Executivo, que é constituído, basicamente, por cargos de livre nomeação, tem papel primordial no cenário político. Uma vez que, as decisões tomadas pelos seus ocupantes, como os ministros por exemplo, impactam tanto quanto aquelas tomadas no âmbito do Poder Legislativo (D'ARAÚJO E LAMEIRÃO, 2009). Ademais, o país sofreu um processo de “hiperfragmentação do Executivo”, por meio da construção de coalizões mais extensas e de ideologias mais heterogêneas. Desse modo, o Executivo passa a ser cada vez mais, uma arena complexa de disputa por poder entre os partidos. (AMBRÓSIO e SILVA, 2017)

Helms (2005) afirma que entender a composição dos governos e a liderança executiva é de suma importância para a compreensão a respeito do funcionamento das democracias contemporâneas. Logo, ao pensar nos dias atuais, é possível compreender que existe uma relação fundamental entre política e burocracia, uma vez que os arranjos institucionais das políticas públicas são definidos na esfera política, enquanto cabe à burocracia, a gestão e a implementação dessas políticas. Em um presidencialismo de coalizão multipartidário, como o brasileiro, é necessário que o presidente da república realize articulações, de modo a criar, e manter, uma coalizão partidária majoritária.

Podemos entender por presidencialismo de coalizão:

(...) um arranjo político e eleitoral em que nenhum partido consegue, sozinho, eleger um candidato à Presidência e, ao mesmo tempo, formar maioria parlamentar. Ou seja, dadas as características dos sistemas eleitoral e partidário brasileiros, um presidente, qualquer que seja sua filiação partidária, só conseguirá governar negociando com uma coalizão parlamentar de apoio, o que implica automaticamente a partilha dos cargos no Executivo entre partidos e regiões. (D'ARAÚJO, LAMEIRÃO, 2009, p.107)

Portanto, a coalizão governamental, está primordialmente ligada às questões da governabilidade presidencial, onde, através da estabilidade política, o Executivo consegue exercer plenamente suas funções e implementar a agenda presidencial do governo. Entretanto o grande desafio é, basicamente, construir uma coalizão sólida e equilibrada entre os interesses do presidente e os interesses de agendas partidárias diversas. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso destaca que:

Se o governo não dispuser dos recursos políticos e de informação para preservar os setores do executivo que considerar essenciais à realização de seus projetos, ao “fechar” alianças e entregar partes do mando a pessoas e partidos que não necessariamente comungam de visão e valores comuns, começa a vender a alma ao diabo sem chances de recompra (...) O governo tem que fazer compromissos aceitando a participação de pessoas e setores partidários que se sabia, de antemão, não comungarem de propósitos idênticos: o pragmatismo com objetivos definidos implica um cálculo e uma aposta. O cálculo diz respeito aos apoios necessários à

sustentação geral da política governamental, mesmo quando em detrimento de objetivos específicos, e a aposta tem a ver com a crença de quem conduz de que é capaz de induzir (ou, no limite, forçar) os aliados, inclusive os de última hora, a aceitarem os objetivos que pretende alcançar (CARDOSO, 2006, p.234-235).

O estudo científico da política é importante para a Administração Pública na medida em que descreve tendências passadas, que ajudam a esboçar o curso dos prováveis acontecimentos futuros, o que pode servir de auxílio nos planejamentos estratégicos do setor público, por exemplo. Ademais, aqueles que se dedicam ao estudo sobre elites colocam em evidência as funções das elites em sociedades democráticas (LERNER E LASSWEL, 1967). Como vimos anteriormente, a literatura denomina por elite, os grupos sociais que ocupam posições privilegiadas em diferentes áreas, como a economia e a política. Sendo assim, podemos dizer que a elite ocupa uma posição primordial no processo de elaboração e implementação de políticas públicas e também na definição das instituições públicas. Logo, conhecer o perfil e a expertise dessa elite, nos permite entender melhor o cenário político nacional.

Percebe-se que os estudos contemporâneos sobre elites utilizam como base a Teoria Clássica das Elites, entretanto, não se utiliza, necessariamente, a classificação de elite dada por esta teoria, isto é, uma elite formada exclusivamente em virtude das características naturais dos indivíduos, identificadas como superiores e valorizadas por determinada sociedade, como considerava Mosca e Pareto, ou em virtude de sua especialização como afirmava Michels. Mas, o que se infere é que os cargos da alta burocracia estatal são a principal forma de identificação das elites contemporâneas, isto porque, os cargos são de suma importância para se chegar ao poder e se manter como elite, logo a análise sobre o indivíduo (origem social, crenças e motivações subjetivas), não é o ponto central para categorizá-lo como elite, mas sim a posição que ocupa na alta burocracia estatal. A respeito disso, Wright Mills diz que:

(...) Desse ponto de vista, a elite é simplesmente o grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio - bem como todos os modos de vida a que elas levam. Mas a elite não é simplesmente constituída dos que têm o máximo, pois não o poderiam ter se não fosse pela sua posição nas grandes instituições, que são as bases necessárias ao poder, da riqueza e do prestígio, e ao mesmo tempo constituem os meios principais do exercício do poder, de adquirir e conservar a riqueza, e de desfrutar as principais vantagens do prestígio. (MILLS, 1965, p.18)

Sendo assim, a maioria dos trabalhos estão focados em um grupo específico da burocracia estatal, sejam eles os ocupantes de cargos eletivos ou cargos de livre nomeação,

por exemplo. Ou seja, na maioria dos trabalhos contemporâneos sobre elites políticas, os cargos são o ponto de partida para identificar uma elite política a ser estudada. Cabe questionar, se tendo os cargos do alto escalão burocrático como ponto de partida para a identificação da elite, as características da elite contemporânea seriam ao menos semelhantes ou não àquelas descritas pelos teóricos clássicos.

## 2.2 Elites Políticas Ministeriais e seu papel na política nacional

É de competência, exclusiva, do Presidente da República a criação e extinção de Ministérios, assim como a nomeação e exoneração dos seus Ministros de Estado, que devem ter idade mínima de vinte e um anos e estar em gozo dos direitos políticos. As principais atribuições dos chefes ministeriais são evidenciadas na Constituição Federal de 1988, sendo elas:

I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

II – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III – apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;

IV – Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

(CF/1988, Art. 87, Parágrafo Único)

A partir disso, torna-se possível identificar que os ministros fazem parte da elite política brasileira, na medida em que integram a cúpula da Administração Pública Federal, prestando auxílio ao Presidente da República, elaborando estratégias, diretrizes e prioridades, em suas respectivas áreas de atuação, para a aplicação dos recursos públicos. Tendo, portanto um significativo poder de decisão no cenário nacional. Entretanto, como enfatizam Codato e Franz (2017), as análises referentes às composições ministeriais ainda dão pouca importância às qualificações técnicas/profissionais dos chefes ministeriais.

Dentro do contexto do presidencialismo de coalizão, que supõe a necessidade de articulação de diferentes interesses e demandas para governar, é possível depreender que os chefes ministeriais, por estarem inseridos em uma arena de articulação de interesses e tomada de decisões, podem servir como uma espécie de moeda de troca, como por exemplo, por apoio legislativo, para a implementação de ações governamentais. Ou seja, o Presidente



da República necessita de apoio político para que seu plano de governo possa ser executado e, por sua vez, os partidos buscam influência no governo, para que suas respectivas agendas possam ganhar ênfase, logo a “moeda de troca” pode ser feita através dos cargos ministeriais e na alta burocracia federal, a serem ocupados por indivíduos indicados pelos partidos da base aliada ao presidente (BATISTA, 2013).

As nomeações ministeriais possuem dois gêneros: nomeações políticas e nomeações burocráticas. Os ministros com perfil técnico são aqueles cuja nomeação decorre de sua experiência profissional e de conhecimentos especializados, enquanto os ministros com perfil político, ainda que também possuam especialização e experiência profissional, têm suas nomeações atreladas ao seu potencial político e eleitoral (BORGES e COÊLHO, 2015). Políticos profissionais e ministros com perfil mais técnico, sempre compartilharam espaço no Poder Executivo, ou seja, nunca houve uma monopolização de algum desses dois perfis dentro da distribuição das pastas ministeriais. Se por um lado, a nomeação de ministros políticos é apontada pela literatura como fator primordial para a estabilidade entre os poderes Executivo e Legislativo dentro do cenário do presidencialismo de coalizão, por outro lado, a nomeação de ministros com perfil técnico é vista como condição essencial para a implementação de projetos de modernização econômica no país ao longo dos anos, principalmente durante a Quarta República e o período da Ditadura Militar (CODATO e FRANZ, 2017). Isso se deve ao fato de que a nomeação de ministros de perfil técnico é utilizada pelo presidente como uma estratégia de controle sobre a alta burocracia estatal, que foi em alguns momentos da história da Administração Pública federal, um grande entrave aos projetos de modernização. Isso é confirmado através dos estudos de Edson Nunes, que demonstraram que durante o governo de Juscelino Kubitschek, 40% dos ministros nomeados não possuíam qualquer experiência de cunho político, ou seja, partidário ou legislativo (CODATO e FRANZ, 2017).

Segundo Lopez; Bugarin e Bugarin (2015), ministros que foram nomeados devido ao seu grau de vinculação com organizações partidárias possivelmente apresentam comportamentos diferenciados dos chefes ministeriais cuja nomeação está atrelada a sua especialização e experiência profissional, ou seja, de caráter técnico/burocrático. Ademais, Borges e Coêlho (2015) afirmam que “Ministros de perfil mais técnico devem ter maiores incentivos para adotar estratégias de recrutamento meritocrático e buscar certa autonomia frente aos partidos e legisladores, sendo o oposto verdade para os ministros políticos.” Além disso, podemos entender que ministros com perfil técnico costumam, devido ao desejo de

avançar na carreira, implementar políticas públicas de longo prazo de forma mais efetiva. Tendo em vista que os ministros com perfil político, supostamente, também possuem o anseio de concretizarem suas respectivas carreiras políticas, entretanto, como nesta área é necessário angariar votos para se manter no cenário político, tendem a se dedicar mais em políticas que possam apresentar resultados em um curto prazo, mesmo apresentando resultados menos eficazes, dessa forma conseguem ampliar a probabilidade de se elegerem à algum cargo eletivo a partir da apresentação dos resultados obtidos através dessas políticas de curto prazo.

Em relação ao estudo do perfil dos ministros de Estado, de acordo com D'Araújo e Lameirão (2009):

A nosso ver, não é plausível supor que os agentes, ao ingressarem na política, dispam-se de todos os valores e preferências que lhes foram inculcados ao longo dos processos de socialização primária, secundária e política. Por essa razão, a análise do processo de recrutamento das elites (os canais que conduziram os indivíduos a posições de mando, por exemplo) e do seu *background* social é, a nosso ver, indispensável. (D'ARAÚJO, LAMEIRÃO, 2009, p.107)

Ou seja, tanto o perfil pessoal e profissional, quanto a experiência política dos ministros faria com que as atitudes de tomada de decisões, a prioridade de políticas públicas, dentre outras atribuições importantes, inerentes ao cargo de ministro, sejam influenciadas pela doutrina profissional, política e social que cada ministro formou ao longo da vida.

Batista (2013), em seus estudos sobre o Poder Executivo, demonstra a influência dos ministérios frente ao Poder Legislativo. Ao analisar as iniciativas legislativas, percebeu-se que muitos projetos de iniciativa do Legislativo são originários dos ministérios, o que evidencia uma descentralização legislativa. E demonstra a importância de se conhecer a expertise dos chefes ministeriais. De acordo com as análises realizadas por Codato e Franz (2017), tanto os ministros políticos, quanto os não políticos possuem grande experiência profissional e administrativa no setor público, entretanto estes últimos possuíam maior afinidade com sua área ministerial.

A maioria dos estudos que versam sobre as nomeações ministeriais, dá ênfase a questões referentes à governabilidade presidencial e suas relações com o Legislativo. Porém, apesar da indiscutível relevância da distribuição de pastas ministeriais entre os diferentes ministérios nessa arena de competição, ainda existem poucos estudos que versam sobre a temática, menos ainda são as pesquisas que envolvem discussões acerca do perfil desta elite política e sua relação com a composição da coalizão governamental. Informações sobre a

origem política e/ou técnica, perfil etário, escolaridade, entre outras características, desta classe de dirigentes é ainda hoje, pouco explorada pela literatura.

No Brasil, dentre os estudos que tratam sobre o perfil dos chefes ministeriais, destacam – se os estudos de Codato e Franz (2017) que analisam a expertise dos ministros com perfil técnico e político; D’Araujo e Lameirão (2009), com estudos referentes à elite dirigente do período presidencial do ex-presidente Lula; e Inácio (2013), que busca entender que perfil de ministros os partidos costumam beneficiar em meio às suas indicações. O que, segundo o mesmo, depende do tamanho de cada partido. Geralmente, partidos menores indicam pessoas com pequena experiência política. Enquanto os maiores costumam fazer indicações de indivíduos com ampla experiência política tanto na Câmara Federal, quanto no Senado.

Nota-se a importância de ampliar os estudos sobre as elites brasileiras, principalmente no âmbito do Poder Executivo; de conhecer o perfil da elite ministerial brasileira tendo em vista que, como afirma Schumpeter (1943), a natureza humana não é racional, mas sim movida pelas paixões, mesmo para deliberar a respeito de questões de realidade imediata, sendo muito pouco provável a possibilidade de um indivíduo deliberar sobre a agenda política de forma totalmente racional. Ou seja, o perfil de um ministro pode colaborar para o entendimento de ações realizadas em determinado momento, como políticas públicas implantadas por certos ministérios.

### **CAPÍTULO III: Esclarecimentos Metodológicos**

Durante a pesquisa de Iniciação Científica, ocorrida entre os anos de 2016 a 2018, orientada pelo Professor Doutor Hugo Borsani, de acordo com o projeto de pesquisa intitulado “Perfil e Trajetória Política dos ministros brasileiros de 1990 a 2015 e tipos de coalizões governamentais.”. Inicialmente fomentada pela Fundação de Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ em seu primeiro ano e depois pelo CNPq, através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, foi possível a elaboração de um banco de dados que contém várias informações a respeito dos ministros brasileiros nomeados desde 1995 à 2015. Neste banco de dados constam variáveis com informações a respeito do perfil pessoal e profissional de cada ministro do referido período. As informações contidas no banco de dados citado foram obtidas através de pesquisas realizadas nos sites oficiais dos ministérios, da Presidência da República, do Dicionário Biográfico da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC e em outros sites oficiais. As informações obtidas nestes anos de pesquisa, foram utilizadas na realização das análises geradas através do software SPSS, que compõem este trabalho monográfico e serão apresentadas no próximo capítulo.

Os ministros considerados para essa pesquisa são os Ministros de Estado ou chefes de secretarias que possuem status de ministério, como por exemplo a Secretaria da Casa Civil, efetivamente nomeados e empossados pela Presidência da República, no decorrer dos governos compreendidos no período em questão. Ao todo foram analisados 243 casos, entretanto, cabe salientar que isso não significa que o período contou com 243 ministros distintos, tendo em vista que muitos deles ocuparam mais de um ministério ao longo deste tempo ou até mesmo foram nomeados mais de uma vez em um mesmo ministério, com o início de um novo mandato presidencial por exemplo. Sendo assim, cada nomeação passa ser considerada como um caso distinto dentro da base de dados utilizada.

As análises foram elaboradas a partir de grupos ministeriais, com áreas afins em alguma medida. A estes grupos foi dado o nome de “área ministerial”. Ao todo, foram classificadas cinco áreas ministeriais, sendo elas: econômica, infraestrutura e tecnologia, Política, produtiva/ meio ambiente e social. O Quadro 1 evidencia os ministérios que estão presentes dentro de cada área ministerial.

Quadro 1: Categorização de áreas ministeriais.

ÁREA MINISTERIAL	MINISTÉRIOS
ECONÔMICA	Fazenda; Planejamento, Orçamento e Coordenação; e Planejamento, Orçamento e Gestão.
INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	Cidades; Ciência e Tecnologia; Comunicações; e Transportes.
POLÍTICA	Administração e Reforma do Estado; Casa Civil; Defesa; Extraordinário de Coordenação de Assuntos Políticos; Extraordinário de Política Fundiária; Extraordinário de Projetos Especiais; Integração Nacional; Justiça; e Relações Exteriores.
PRODUTIVA/ MEIO AMBIENTE	Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Agricultura e Abastecimento; Agricultura, Pesca e Pecuária; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Esporte e Turismo; Indústria, Comércio e Turismo; Meio Ambiente; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Minas e Energia; Pesca e Aquicultura; e Turismo.
SOCIAL	Assistência Social; Cultura; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Educação e Desporto; Esporte; Extraordinário de Esportes; Previdência e Assistência Social; Previdência Social; Saúde; Trabalho; e Trabalho e Emprego.

A categorização das áreas ministeriais foi, em parte, inspirada pelo trabalho de Codato e Franz, intitulado “Estabilidad e inestabilidad ministerial en el presidencialismo brasileño”, onde os autores realizam uma categorização de ministérios em quatro áreas ministeriais, sendo elas: ministérios econômicos, ministérios militares, ministérios políticos e ministérios sociais. Com a finalidade de realizar análises acerca da estabilidade e instabilidade ministerial brasileira, durante o período de 1995 a 2014.

Além disso, para a realização das categorizações que não coincidem com o trabalho citado, foram realizadas consultas aos sites oficiais dos ministérios, a fim de tentar identificar as atribuições dos mesmos e a partir disso, categorizá-los dentre as áreas expostas no Quadro 1. No caso dos ministérios que se fundiram ou agregaram novas atribuições, em algum momento deste período temporal, como as pastas do esporte e turismo, que hora aparecem como ministérios distintos e outra como uma única pasta, buscou-se verificar quais eram as atribuições com maior ênfase, ou seja, qual temática possuía maior peso dentro do ministério e a partir disso realizada a categorização.

Ademais, como mencionado anteriormente, a categorização dos ministérios foi realizada buscando agrupar pastas ministeriais com alguma afinidade de matéria. Entretanto, cabe destacar que alguns ministérios possuem uma temática bastante específica, como por exemplo, os ministérios da Defesa, das Relações Exteriores e do Meio Ambiente. Tendo como objetivo realizar uma categorização mais coerente destas pastas, também foi realizada uma breve consulta a respeito das atribuições de cada uma delas em seus respectivos sites oficiais. Sendo assim, as pastas ministeriais da Defesa e das Relações Exteriores foram incorporadas a área ministerial política tendo em vista que as atribuições, enumeradas nos sites foram as seguintes: **Ministério da Defesa** – as principais atribuições são o estabelecimento de políticas inerentes à defesa e a segurança do país e a Implementação da Estratégia Nacional de Defesa (documento criado em 2008, que institui diretrizes à preparação e capacitação Forças Armadas), além das operações militares; **Ministério das Relações Exteriores**– tem como responsabilidade a política externa e as relações internacionais do Brasil, nos planos bilateral, regional e multilateral, além de assessorar o Presidente da República na elaboração da política exterior do país e na execução das relações diplomáticas com Estados e organismos internacionais. Dito isto, é possível perceber que ambos possuem atribuições estritamente ligadas à ação do Estado. Partindo de uma definição mais simplista de política como a arte de governar Estados ou nações ou de administrá-los,

percebe-se que ambas as pastas estão ligadas às relações estratégicas de políticas entre Estados como pessoas jurídicas, ou seja como o país se relaciona politicamente com os demais.

O Ministério do Meio Ambiente encontra-se na mesma categoria de ministérios como Agricultura, Minas e Energia e Indústria e Comércio, pelo fato de suas áreas estarem ligadas por atividades meio e fim intrinsecamente atreladas. Ou seja, mesmo que a princípio esta categorização possa parecer contraditória, tendo em vista que, preliminarmente, estes ministérios possuem interesses contraditórios à própria finalidade do Ministério do Meio Ambiente que é, basicamente, a preservação do meio ambiente por meio do uso sustentável dos recursos naturais, entende-se que todas as demais pastas da categoria “produtiva/ meio ambiente” tratam de assuntos ligados a área de produção que necessita dos recursos naturais, sendo assim, percebe-se que todas as pastas desta categoria lidam com o mesmo instrumento (os recursos naturais) podendo sim ter finalidades diferentes, mas partindo do princípio de que o ideal é um país que possua uma área produtiva sustentável, compreende-se que todas as pastas devem articular entre si.

Nas análises sobre escolaridade, na categoria “Fundamental/ Média” estão inclusos ensino fundamental com 2 casos, ensino médio com 17 casos e ensino técnico com 3 casos. Além disso, nas análises que dizem respeito à formação dos ministros a categoria “Humanas” é composta pelas seguintes formações acadêmicas: Geografia, Serviço Social, Letras, História, Psicologia e Filosofia. Enquanto Química, Bioquímica, Biologia e Física foram categorizadas como “Exatas”. Por fim, na categoria “Outras” formações constam: Engenharia Florestal, Demografia, Medicina Veterinária e Teologia, todas com apenas um caso em toda a base de dados.

Já nas análises referentes às profissões, estão compreendidas como “outras” profissões: esportista (1 caso), bancário (2 casos), músico (3 casos) e ativista (3 casos). Além disso, os critérios utilizados para um ministro ser considerado político profissional foram, basicamente, baseados na experiência eletiva, sendo eles: *a)* Experiência em no mínimo três cargos eletivos, sendo pelo menos dois de forma consecutiva; *b)* Experiência em dois mandatos eletivos, no caso de senadores, governadores ou prefeitos de capitais, além da experiência em cargos partidários importantes com designações de índole política; e *c)* ministros que não possuíam nenhum diploma universitário e desde muito jovens já atuavam em cargos públicos diversos.

Por fim, quanto às análises referentes aos cargos públicos não eletivos, foram considerados apenas cargos de direção e assessoramento em agências de governo, ou seja,

empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e fundações públicas. E ainda em órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal.

Foram classificados como “secretário de governo” os cargos de secretário municipal e secretário estadual. Ademais, todos os cargos identificados como “secretário executivo” foram exercidos em ministérios. Quanto ao cargo de “secretário em órgão da Presidência”, entende-se por órgão da Presidência secretaria ligadas diretamente à Presidência da República, como a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação e Secretaria-Geral da Presidência, entre outras.

Quanto ao cargo “outros secretários” estão compreendidos os seguintes cargos: subsecretário, secretário adjunto, secretário extraordinário, secretário-geral e ainda os poucos casos de secretário executivos que não atuaram em ministério. Além disso, foram categorizados como “outros cargos”: ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, diretor de órgão da Administração Federal, assessor em órgão público, assessor em ministério, subchefe, reitor, entre outros.



## **CAPÍTULO IV: Perfil dos ministros de acordo com as áreas ministeriais.**

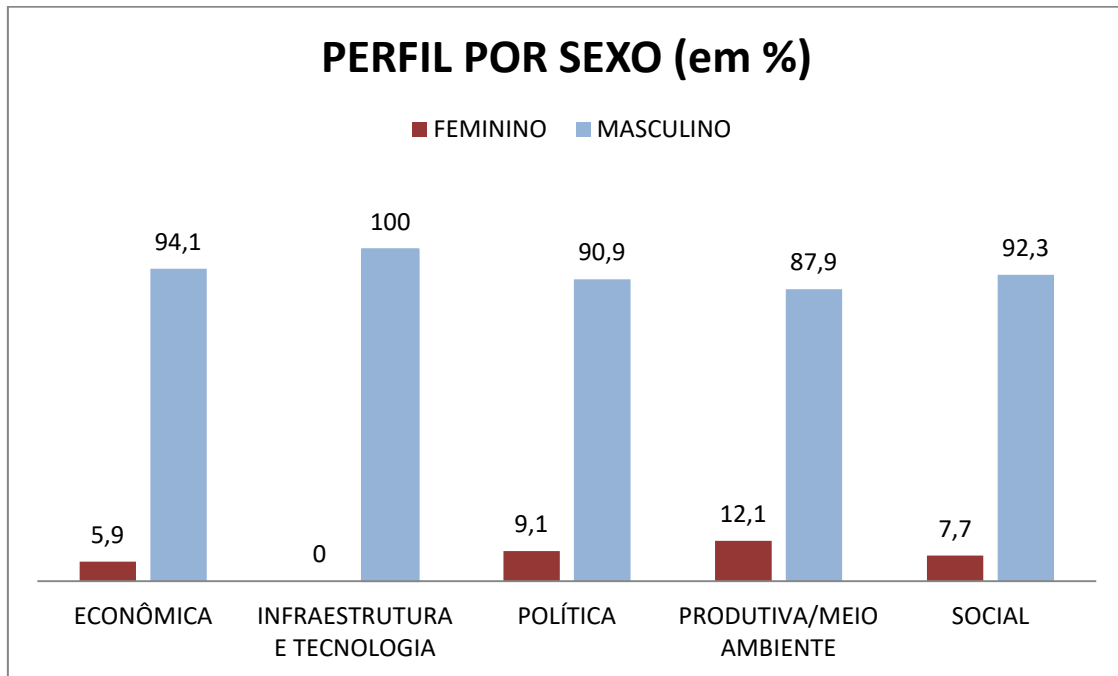
A seguir serão evidenciadas análises acerca do perfil dos ministros brasileiros, de acordo com áreas ministeriais, ou seja, grupos de ministérios com algum tipo de afinidade de atribuições, seguindo a classificação especificada no Quadro 1.

### **4.1 Perfil dos ministros por sexo**

Analisando as nomeações ministeriais, segundo o sexo, percebe-se que, em todas as áreas ministeriais, o perfil dos ministros é predominantemente masculino, cabendo destacar a área de infraestrutura e tecnologia, que em todo o período foi comandada por homens. Por outro lado, ainda que modestamente, a área produtiva/ meio ambiente foi a que apresentou maior percentual de ministras no período analisado (12,1%). A partir das informações expostas no Gráfico 1, conclui-se que os ministérios são áreas de predomínio masculino, onde as mulheres ainda ocupam um espaço pequeno, principalmente em ministérios ligados à área econômica e de infraestrutura e tecnologia.

Estes resultados corroboram o padrão nacional, onde os melhores cargos e salários são percebidos por pessoas do sexo masculino. O perfil por sexo pode dizer muito a respeito das políticas públicas implementadas por cada ministério. Tendo em vista que a representação feminina é bastante pequena, não seria surpreendente, em um estudo sobre as principais políticas de cada ministério, por exemplo, encontrarmos políticas com um desenho que pouco leva em consideração o gênero dos beneficiados. Além disso, o número modesto de mulheres a frente de ministérios se mostra desproporcional na medida em que a maioria da população brasileira é composta por mulheres.

Gráfico 1: Perfil dos ministros (1995 a 2014) de acordo com o sexo, em percentual, segundo a área ministerial.



Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprio elaborado com informações de sites oficiais.

#### 4.2 Idade dos ministros

No período analisado, não existiram casos de ministros com idade inferior a 30 anos, apesar de, legalmente, a idade mínima ser de 21 anos, segundo a Constituição Federal de 1988. Observando as informações apresentadas na Tabela 1, percebe-se que, de modo geral, o cargo de ministro não é ocupado por indivíduos muito jovens, a área econômica e produtiva/meio ambiente, por exemplo, não foram comandadas nenhuma vez por ministros com idade inferior a 40 anos. Entretanto, a área econômica apresentou o maior percentual de ministros na faixa etária dos 40 a 49 anos de idade. Por outro lado as áreas ministeriais política e infraestrutura e tecnologia possuíram os percentuais mais altos de ministros com idade superior aos 60 anos. Mas o que se nota é que, em geral, as nomeações ministeriais de todas as áreas são de indivíduos da faixa etária dos 50 a 59 anos de idade, o que fica evidenciado quando se identifica que 47,3% do total de ministros do período analisado se encontravam em tal faixa etária, percentual significativamente superior às demais faixas que não chegaram a 30%.

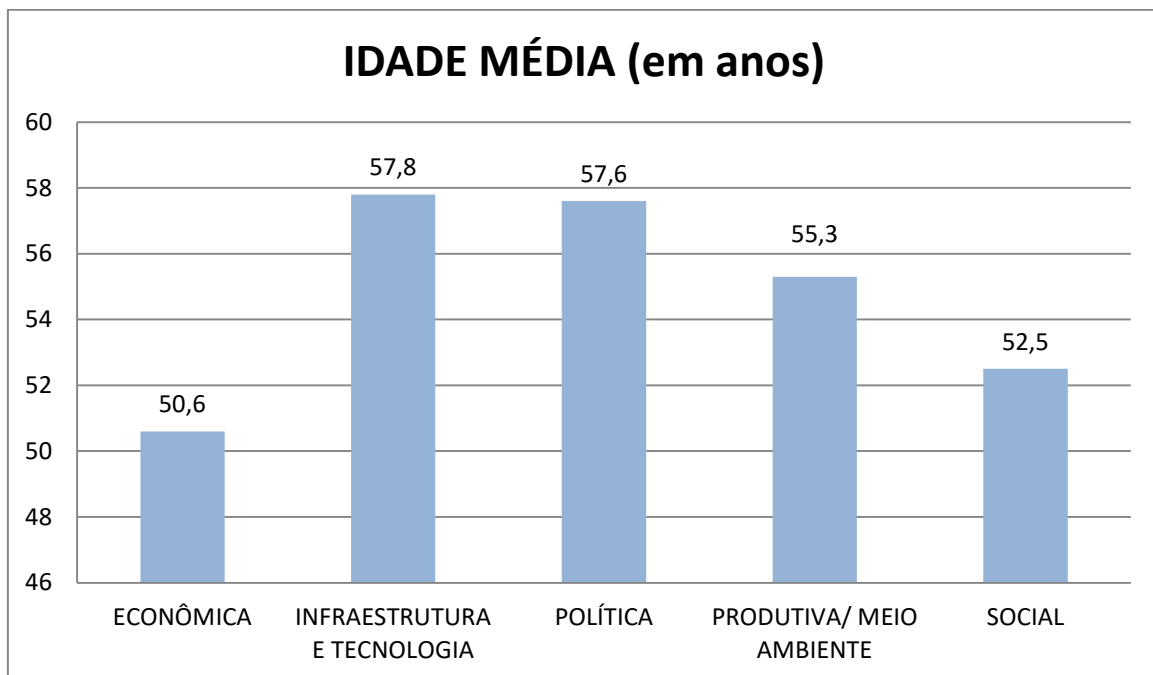
Tabela 1: Distribuição percentual dos ministros (1995 a 2014) por faixa etária, segundo área ministerial.

FAIXA ETÁRIA	ÁREA MINISTERIAL					TOTAL
	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	POLÍTICA	PRODUTIVA/ MEIO AMBIENTE	SOCIAL	
30 a 39 anos	0,0	2,5	1,8	0,0	6,2	2,5
40 a 49 anos	35,3	5,0	16,4	25,8	27,7	21,4
50 a 59 anos	58,8	52,5	40,0	45,5	49,2	47,3
60 anos ou mais	5,9	40,0	41,8	28,8	16,9	28,8
	100	100	100	100	100	100
	N= 17	N= 40	N= 55	N= 66	N= 65	N=243

Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprio elaborado com informações de sites oficiais.

Como já indicava a Tabela 2, onde existia uma grande concentração de ministros na faixa etária dos 50 a 59 anos, ao calcular as idades médias dos ministros de cada área, depreende-se que elas não se alteram muito, todas giram em torno dos 55 anos. Sendo a área de infraestrutura e tecnologia e a área política aquelas com as idades médias mais elevadas, ambas com mais de 57 anos de idade, e a área econômica com a menor idade média apresentada, cerca de 50 anos, de acordo com o que mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Idade média dos ministros (1995 a 2014) de cada área ministerial, em anos.



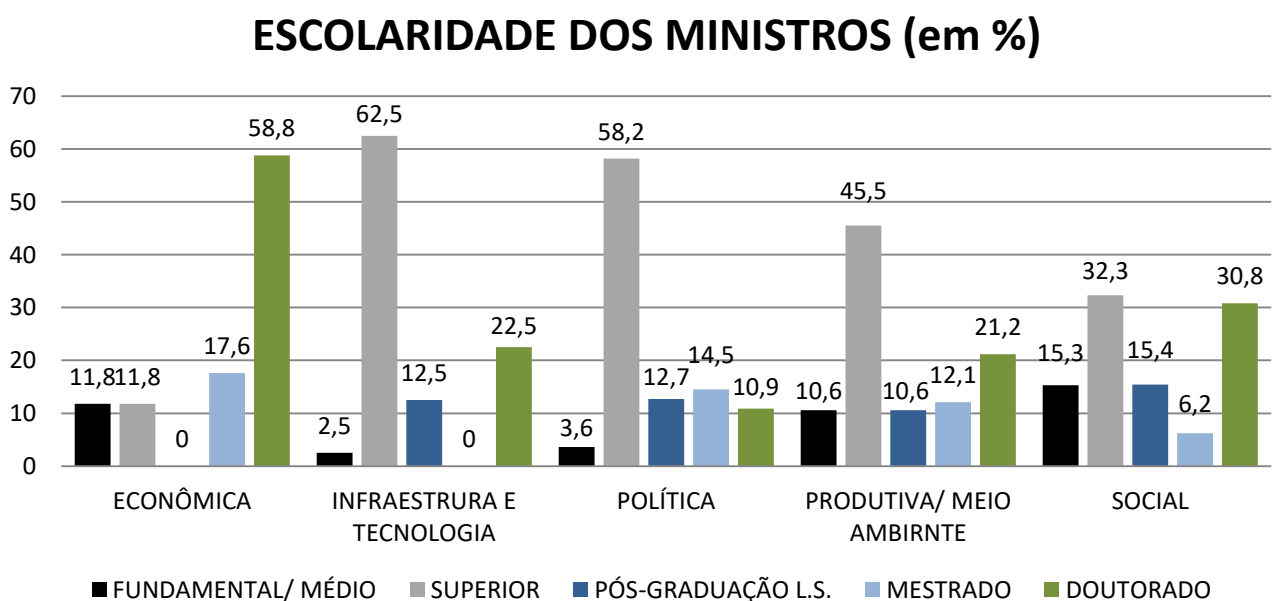
Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprio elaborado com informações de sites oficiais.

### 4.3 Escolaridade dos ministros

Em relação à escolaridade dos ministros, a área econômica se destaca por possuir os ministros com maior escolaridade. Quase 60% dos ministros desta área eram doutores, ademais o percentual de ministros com titulação de mestrado foi o maior dentre as áreas ministeriais analisadas. Já na área de infraestrutura e tecnologia o percentual de ministros que possuíam apenas formação fundamental ou média foi o menor em relação às demais áreas. Mais da metade dos chefes ministeriais desta última área (62,5%) possuíam ao menos o diploma de graduação, sendo que outros 35% também possuíam algum tipo de pós-graduação, percentual semelhante ao da área política que apresentou um percentual próximo de 38% de ministros com este tipo de formação.

Ao analisar o Gráfico 3, nota-se que, de modo geral, o ensino superior é a escolaridade mais frequente entre os ministros, com exceção à área econômica que como falado anteriormente, possui em sua maioria ministros com diploma de doutorado. Na área Social, o percentual de ministros com doutorado quase se equipara ao percentual daqueles com apenas diploma de graduação. Mas, em contrapartida, o percentual de chefes ministeriais com escolaridade até o nível médio nesta área é o maior dentre todas as áreas analisadas no período, chegando a 15,3%.

Gráfico 3: Nível de escolaridade dos ministros (1995 a 2014), de acordo com as áreas ministeriais, em números percentuais.



Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprio elaborado com informações de sites oficiais.

Identificamos ainda uma correlação entre as informações sobre a escolaridade e a idade dos ministros. Uma vez que o nível de escolaridade se mostra relativamente alto, é perfeitamente explicável o motivo dos ministros do período possuírem idade superior aos 30 anos. Ou seja, antes desta idade é muito difícil que um indivíduo consiga ter, por exemplo, o título de doutor, devido ao tempo de formação que cada titularidade acadêmica exige.

#### **4.4 A formação acadêmica dos ministros**

Quanto à formação acadêmica dos ministros, o que se tem é que algumas formações consideradas como tradicionais pela literatura, como direito e economia, também se encontram presentes, de forma significativa, na elite ministerial brasileira. Ministros com diploma de direito representaram percentuais expressivos em todas as áreas ministeriais, exceto na área econômica que possuiu uma situação totalmente inversa, onde nenhum dos ministros possuía tal formação, mas apresentava 35,3% dos ministros com formação em economia e o mesmo percentual para o título de engenheiros que também estiveram bastante presentes nos ministérios da área produtiva/ meio ambiente.

Ademais, a área social foi aquela que apresentou maior percentual de ministros sem nenhum diploma superior. Além disto, esta área apresentou o maior valor percentual de ministros com formação em ciências sociais e medicina. Enquanto a formação em "humanas" se concentrou mais na área de infraestrutura e tecnologia, chegando a 15%.

Tabela 2: Formação acadêmica dos ministros (1995 a 2014), segundo as áreas ministeriais, em valores percentuais.

FORMAÇÃO	ÁREA MINISTERIAL					TOTAL
	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	POLÍTICA	PRODUTIVA / MEIO AMBIENTE	SOCIAL	
ADMINISTRAÇÃO/ CONTABILIDADE	0,0	5,0	5,5	6,1	7,7	5,8
AGRONOMIA	0,0	0,0	0,0	7,6	0,0	2,1
CIÊNCIAS SOCIAIS	0,0	0,0	3,6	1,5	4,6	2,5
DIPLOMACIA	0,0	0,0	7,3	0,0	0,0	1,6
DIREITO	0,0	37,5	52,7	27,3	29,2	33,3
ECONOMIA	35,3	17,5	10,9	9,1	15,4	14,4
ENGENHARIA	35,3	17,5	12,7	19,7	6,2	15,2
EXATAS	0,0	5,0	0,0	4,5	3,1	2,9
HUMANAS	5,9	15,0	1,8	7,6	6,2	7,0
MEDICINA	5,9	0,0	1,8	1,5	12,3	4,5
SEM TÍTULO	11,8	2,5	3,6	10,6	15,4	9,0
OUTRAS	5,9	0,0	0,0	4,5	0,0	1,6
	100	100	100	100	100	100
	N= 17	N= 40	N= 55	N= 66	N= 65	N= 243

Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprio elaborado com informações de sites oficiais.

#### 4.5 A profissão dos ministros

Indo além da formação universitária dos ministros, buscou-se analisar qual era a profissão realmente exercida pelos chefes ministeriais deste período. Nos casos onde foram identificadas mais de uma profissão, foi levada em consideração aquela exercida por maior tempo, ou por um tempo significativo de maneira mais recente ao exercício do cargo de ministro.

Como resultado das análises a esse respeito, temos que ao contrário do que nos dizia a Tabela 3, que apontava grande número de ministros com formação em direito, o percentual de ministros que exercia a advocacia, logo considerados advogados, era pequenos em todas as áreas ministeriais, apenas na área política que o percentual de advogados foi um pouco mais expressivo, chegando a quase 13%. O mesmo acontece com os economistas, que eram mais frequentes quando a análise dizia respeito apenas ao diploma universitário. Como já esperado o maioria destes profissionais estavam concentrados na área econômica com 17,6%. Entretanto o que vemos na Tabela 4 é que esta área ministerial foi predominantemente chefiada por professores universitários, gestores públicos e políticos.

O que também fica claro na Tabela 4 é que gestores públicos e políticos estiveram presentes em todas as áreas ministeriais, com um percentual expressivo onde, com exceção da área econômica, se somados constituíam mais de 50% do total de ministros destas áreas. Entretanto, a área produtiva/ meio ambiente foi a que possuiu o maior percentual de ministros considerados políticos profissionais.

Algo interessante a destacar é que, apesar dos políticos profissionais serem maioria dentro da área política, ao contrário do que era imaginado, esta área possuiu o segundo menor número percentual (36,4%) deste tipo de profissional, dentre todas as demais áreas ministeriais analisadas.

Tabela 3: Profissão exercida pelos ministros (1995 a 2014) anteriormente à nomeação, em valores percentuais.

PROFISSÃO	ÁREA MINISTERIAL					TOTAL
	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	POLÍTICA	PRODUTIVA/ MEIO AMBIENTE	SOCIAL	
ADVOGADO	0,0	7,5	12,7	0,0	1,5	4,5
DIPLOMATA	0,0	7,5	16,4	3,0	0,0	5,8
ECONOMISTA	17,6	2,5	3,6	3,0	0,0	3,3
EMPRESÁRIO	0,0	5,0	1,8	12,1	0,0	4,5
ENGENHEIRO	0,0	2,5	1,8	1,5	0,0	1,2
GESTOR PÚBLICO	23,5	17,5	20,0	25,8	20,0	21,4
MÉDICO	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,4
POLÍTICO	23,5	42,5	36,4	45,5	43,1	40,7
PROF. UNIVERSITÁRIO	35,3	12,5	5,5	6,1	18,5	12,3
SINDICALISTA	0,0	0,0	0,0	3,0	4,6	2,1
OUTROS	0,0	2,5	1,8	0,0	10,8	3,7
	100 N= 17	100 N= 40	100 N= 55	100 N= 66	100 N= 65	100 N= 243

Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprio elaborado com informações de sites oficiais.

Rodrigues (2009) em seus estudos sobre profissões da política esclarece que:

Em conjunto, os quatro grandes grupos profissionais e ocupacionais — empresários, profissionais liberais, funcionários do setor público e professores — formam, de longe, os principais celeiros de abastecimento da classe política brasileira. São atividades profissionais muito diferentes entre si, mas que têm em comum horários flexíveis e controle do próprio tempo de trabalho (às vezes, poucas horas), proporcionando mais tempo para reuniões, conchavos, contatos com potenciais eleitores, cabos eleitorais e políticos, formação de uma rede de apoio (aí incluída a obtenção de suporte financeiro), militância pessoal em alguma associação ou

organização de representação de interesses. Além disso, os que exerciam essas profissões encontram mais facilmente apoio corporativo (sindicatos e associações profissionais, especialmente) indispensável para os que vêm das médias ou trabalhadoras e não dispõem de recursos financeiros para o financiamento de uma campanha. (RODRIGUES, 2009, p.49)

A partir disso, torna-se possível compreender melhor o motivo pelo qual determinadas profissões são consideradas como tradicionais no âmbito político. E percebemos que os resultados explicitados na Tabela 3 corroboram tal afirmativas, tendo em vista que as profissões mais frequentes no perfil ministerial do período analisado estão relacionadas às características descritas por Rodrigues (2009)

#### 4.6 Experiência profissional dos ministros em cargos da Administração Pública

Com o objetivo de descobrir a experiência profissional dos ministros em setores públicos, fizeram-se necessárias análises acerca dos cargos exercidos anteriormente à nomeação à pasta ministerial, tanto os cargos eletivos, quanto cargos não eletivos de livre nomeação em níveis de direção e assessoramento. Inicialmente, vemos que em todas às Áreas Ministeriais, um número expressivo de ministros já havia sido eleito para algum cargo eletivo, em menor número os da área econômica, como mostra a Tabela 5.

A área produtiva/ meio ambiente foi aquela que apresentou maior número de ministros com mandatos eletivos anteriores, cerca de 56%. Já a área política surpreende por apresentar o menor percentual de ministros com este tipo de experiência, não apresentando percentual menor apenas que o da área econômica, entretanto esta última, como apresenta a Tabela 4, é uma área de predominância de gestores públicos, logo o percentual de 29,4 % ser o menor dentre todas às demais áreas já era esperado.

Por fim, vemos que de modo geral, quase a metade de todos os ministros deste período, já haviam sido eleitos ao menos uma vez para algum cargo eletivo, independente da esfera governamental. Resta-nos agora, descobrir quais são efetivamente os cargos eletivos que constam com maior frequência nesta experiência profissional na área pública.

Tabela 4: Percentual de ministros (1995 a 2014) com experiência em cargos eletivos.

EXPERIÊNCIA EM CARGOS ELETIVOS	ÁREA MINISTERIAL					TOTAL
	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	POLÍTICA	PRODUTIVA/ MEIO AMBIENTE	SOCIAL	
SIM	29,4	50,0	43,6	56,1	52,3	49,4
NÃO	70,6	50,0	56,4	43,9	47,7	50,6
	100 N= 17	100 N= 40	100 N= 55	100 N= 66	100 N= 65	100 N= 243

Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprios elaborado com informações de sites oficiais.

Preliminarmente, temos que de modo geral, as experiências eletivas dos ministros não se alteram muito quando comparadas entre as áreas ministeriais, entretanto, a Tabela 6 demonstre um percentual expressivo (37%) dos ministros já tinham sido eleitos para o cargo de deputado federal. Isso se corrobora com o fato deste cargo ser o mais frequente dentre as experiências eletivas dos ministros de todas as áreas ministeriais analisadas, ou seja,



o percentual de deputado federal é o maior em todas às áreas, onde de maneira geral de 30 a 40% dos ministros de cada área já haviam sido eleitos para este tipo de mandato eletivo.

De maneira complementar, o cargo de senador apresentou percentuais mais modestos dentre a quantidade de ministros de cada área ministerial, entretanto sendo significativo em comparação com os demais cargos. Além disso, percebe-se que o percentual de ministros com experiência nos cargos de senador e governador é relativamente mais elevado na área ministerial política, sendo possível dizer que tais cargos são de maior relevância dentro desta do que das demais, provavelmente por serem cargos de maior destaque dentro do âmbito político devido ao fato, de por exemplo, serem eleitos poucos indivíduos para estes além da duração do cargo de senador ser bem maior do que os demais.

Cabe destacar que a Tabela 5, tem como objetivo identificar o percentual total de ministros de cada área ministerial que já haviam sido eleitos para cada tipo de cargo, logo cada percentual deve ser lido separadamente nas linhas de cada área ministerial, tendo em vista que um único ministro pode ter exercido mais de um dos cargos em questão ao longo de sua trajetória profissional. Ou seja, além das linhas de cada área ministerial, nenhum outro tipo de soma, nem das colunas, nem das linhas gerais apresentará resultado igual 100%.

Tabela 5: Percentual de cargos eletivos exercidos pelos ministros (1995 a 2014), anteriormente à nomeação.<sup>4</sup>

CARGO ELETIVO	ÁREA MINISTERIAL										TOTAL	
	ECONÔMICA		INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA		POLÍTICA		PRODUTIVA/ MEIO AMBIENTE		SOCIAL			
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
DEP FEDERAL	29,4	70,6	40,0	60,0	30,9	69,1	42,4	57,6	36,9	63,1	37,0	63,0
SENADOR	5,9	94,1	15,0	85,0	18,2	81,8	15,2	84,8	15,4	84,6	15,2	84,8
GOVERNADOR	0,0	100,0	5,0	95,0	10,9	89,1	4,5	95,5	3,1	96,9	5,3	94,7
DEP ESTADUAL	5,9	94,1	12,5	87,5	18,2	81,8	21,2	78,8	7,7	92,3	14,4	85,6
PREFEITO	5,9	94,1	20,0	80,0	9,1	90,9	13,6	86,4	7,7	92,3	11,5	88,5
VEREADOR	5,9	94,1	2,5	97,5	7,3	92,7	12,1	87,9	18,5	81,5	10,7	89,3

Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprios elaborado com informações de sites oficiais.

<sup>4</sup> Nesta tabela, os percentuais referentes à cada cargo possuem total de 100% apenas nas linhas de cada área ministerial, ou seja, nem as colunas nem as linhas inteiras somam 100% devido ao fato de que um único ministro pode ter exercido mais de um dos cargos apresentados. Sendo assim, a tabela deve ser lida de maneira que “SIM” apresenta o percentual total dos ministros da área que já exerceram determinado cargo e “NÃO” o percentual total de ministros da área que nunca foram eleitos para o mesmo.

Por outro lado, se dão as análises referentes à experiência dos chefes ministeriais em cargos públicos não eletivos, ou seja, cargos administrativos de direção ou assessoramento, que possuem nomeação política, como a direção de empresas públicas, de secretarias municipais ou estaduais, entre outros. Na Tabela 7, constam os percentuais de ministros de cada área que possuía experiência em algum desses cargos, ou seja, que já havia exercido esses tipos de cargos públicos ao menos uma única vez antes de serem nomeados para o comando dos seus respectivos ministérios.

A primeira coisa que chama atenção nos dados expostos pela Tabela 7, é o percentual total de ministros que já haviam exercido algum cargo desta natureza. Mais de 80% de todos os ministros deste período possuíam experiência prévia em cargos públicos, sendo que estes percentuais também se mostraram altos em todas as áreas ministeriais, principalmente na área econômica, onde o percentual de ministros que já haviam exercido algum cargo público de livre nomeação chegou a 94,1 %.

De maneira resumida, temos que apesar de todas as Áreas Ministeriais analisadas apresentarem percentuais elevados quanto a experiência em tais cargos, as áreas econômica, de infraestrutura e tecnologia e a política, foram as áreas onde o número relativo de ministros com experiência em cargos públicos de natureza de direção e assessoramento foram maiores.

Tabela 6: Percentual de ministros (1995 a 2014) com experiência em cargos públicos, não eletivos, de direção ou assessoramento.

EXPERIÊNCIA EM CARGOS PÚBLICOS	ÁREA MINISTERIAL					TOTAL
	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	POLÍTICA	PRODUTIVA/ MEIO AMBIENTE	SOCIAL	
SIM	94,1	80,0	87,3	77,3	78,5	81,5
NÃO	5,9	20,0	12,7	22,7	21,5	18,5
	100 N= 17	100 N= 40	100 N= 55	100 N= 66	100 N= 65	100 N= 243

Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprio elaborado com informações de sites oficiais.

Partindo agora de uma análise acerca de quais seriam os cargos públicos que mais estaria presentes como experiência pública dos chefes ministeriais. Temos na Tabela 8 que o cargo de secretário de governo foi aquele mais exercido pelos ministros do período em questão, onde 37,4% de todos os chefes ministeriais, independentemente da área ministerial, já haviam ocupado tão cargo na Administração Pública em âmbito estadual ou municipal, uma vez que estamos falando de chefes de secretarias estaduais ou municipais.

Ademais, ministros com experiência a frente de secretarias estaduais ou municipais, os denominados aqui como secretários de governo, estiveram presentes em maior percentual em todas as áreas ministeriais, se comparados com os demais cargos exercidos. Entretanto nas áreas de infraestrutura e tecnologia e também na área produtiva/ meio ambiente, os percentuais foram os mais altos, estando ambos acima de 40%.

Por outro lado, a quantidade de ministros que já haviam ocupado o cargo de embaixador é muito pequena, só constavam ministros com este tipo de experiência na área ministerial produtiva/ meio ambiente, com um percentual baixo de 4,5%, e na área política (com 16,4% dos ministros) como já era de se esperar uma vez que dentro desta área está o Ministério das Relações Exteriores que possui em sua maioria conta com ministros que foram diplomatas de carreira, logo mais comumente exercem tal cargo.

Percebe-se ainda um grande número de ministros com experiência na direção de agências de governo. Da quantidade total, este tipo de cargo contou como experiênciaprofissional de 28,8% dos ministros e possui também papel de destaque em todas as áreas ministeriais, em especial na área de infraestrutura e tecnologia, produtiva/ meio ambiente e econômica.

Ademais, na área social e de infraestrutura e tecnologia, identificou-se um percentual significativo de ministros que já havia sido secretários executivos, destacando que este cargo, neste trabalho, se restringe aos ministérios, ou seja, todos os secretários executivos identificados na Tabela 8, exerceram tais cargos dentro de ministérios, sendo assim este cargo possui como atribuição principal o assessoramento direto do ministro de determinado ministério. Existe uma tendência, dos secretários executivos dos ministérios ganharem uma ascensão dentro do próprio ministério, ou seja, tornarem-se ministros com uma possível exoneração do ministro atual. Isso muitas vezes acontece, no meio de um mandato presidencial onde, com a saída do ministro o presidente opta por nomear o secretário executivo do mesmo ministério, logo o percentual mais alto destes cargos nas experiências dos ministros em determinadas áreas ministeriais pode vir a ser um indício de umarotatividade de ministros nos ministérios destas áreas.

Por fim, pudemos ainda descobrir qual o percentual de ministros que já haviam sido nomeados para tal cargo anteriormente, independentemente se para o mesmo ministério ou não. De acordo com a Tabela 8, 32,5% dos ministros já haviam exercido tal cargo anteriormente, ou seja, já haviam sido nomeados para o cargo de ministro. Nas áreas ministeriais econômica e política foi onde se concentravam o maior numero relativo de ministros com experiência prévia a frente de algum ministério, com 41,2% e 38,2% dos ministros, respectivamente.

Assim como a Tabela 5, os dados da Tabela 7 devem ser lidos a partir das linhas de referentes à cada área ministerial, pois apenas estas possuem somatório igual a 100%. Ou seja, deve ser entendido que “SIM” diz respeito ao percentual total dos ministros de cada área de ministros com experiência no respectivo cargo e “NÃO” o percentual total daqueles que nunca exerceram tal cargo anteriormente.

Tabela 7: Percentual de cargos públicos exercidos pelos ministros anteriormente à nomeação.

CARGO PÚBLICO	ÁREA MINISTERIAL										TOTAL	
	ECONÔMICA		INFRAEST. E TECNOLOGIA		POLÍTICA		PRODUTIVA/ MEIO AMBIENTE		SOCIAL			
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
CHEFE DE GABINETE	17,6	82,4	5,0	95,0	10,9	89,1	7,6	92,4	13,8	86,2	10,3	89,7
DIR. DE AG. DE GOVERNO	29,4	70,6	37,5	62,5	23,6	76,4	31,8	68,2	24,6	75,4	28,8	71,2
EMBAIXADOR	0,0	100,0	0,0	100,0	16,4	83,6	4,5	95,5	0,0	100,0	4,9	95,1
MINISTRO	41,2	58,8	30,0	70,0	38,2	61,8	28,8	71,2	30,8	69,2	32,5	67,5
SECRETÁRIO DE GOVERNO	29,4	70,6	47,5	52,5	32,7	67,3	42,4	57,6	32,3	67,7	37,4	62,6
SECRETÁRIO EM MNISTÉRIO	5,9	94,1	2,5	97,5	3,6	96,4	6,1	93,9	7,7	92,3	5,3	94,7
SEC.EM ÓRGÃO DA PRES.	5,9	94,1	2,5	97,5	14,5	85,5	9,1	90,9	7,7	92,3	5,3	94,7
SEC. EXECUTIVO	17,6	82,4	20,0	80,0	16,4	83,6	18,2	81,8	24,6	75,4	19,8	80,2
OUTROS SECRETÁRIOS	17,6	82,4	15,0	85,0	7,3	92,7	9,1	90,9	12,3	87,7	11,1	88,9
OUTROS CARGOS	58,8	41,2	15,0	85,0	27,3	72,7	16,7	83,3	27,7	72,3	24,7	75,3

Fonte:Fonte: Elaboração própria, através de banco de dados próprios elaborado com informações de sites oficiais.

Analisar a experiência dos ministros no âmbito público, torna-se interessante pelo fato da Administração Pública possuir especificidades. Ou seja, a burocracia pública segue inúmeras regras que não são observadas pelo setor privado. Ademais, o objetivo desses dois setores é distinto, pois enquanto o mercado visa o lucro a Administração Pública busca o bem estar social. Logo, a experiência política no meio público é de suma importância para o exercício do cargo de ministro. E a partir disso, é preocupante, do ponto de vista da eficiência pública, que áreas como a produtiva/ meio ambiente e a social apresentem percentuais acima de 20% para ministros que nunca exerceram cargos públicos de direção ou assessoramento.

Com relação aos cargos eletivos, o fato de haver um percentual expressivo de deputados federais levanta o questionamento se tais nomeações não seriam uma busca por apoio político no Legislativo. Tendo em vista que os ministros que já haviam sido eleitos para tal cargo, provavelmente, possuem uma base aliada dentro da Câmara Federal.

## CONCLUSÕES

A partir das análises estatísticas realizadas foi possível perceber que existe uma diferença no perfil dos ministros da área econômica em relação às demais áreas ministeriais. Os ministros da área econômica possuem idade média menor do que as outras áreas analisadas, além de possuírem menos experiência em cargos eletivos, mas por outro lado são os mais experientes quando se trata de cargos públicos não eletivos. Ademais, esta área ministerial foi aquela onde se identificou o maior percentual de ministros com título de doutorado. Apresentando ainda diferenças quanto à formação dos chefes ministeriais, em sua maioria com formação em economia e engenharia e por fim, quanto a profissão, uma vez que tal área apresentou grande número de professores universitários, principalmente se comparados os percentuais das áreas restantes, além disso, indicou o menor número percentual de políticos profissionais.

Além disso, assim como mostram alguns trabalhos que tratam do perfil da elite política brasileira em outras áreas da Administração Pública, a análise acerca do perfil dos chefes ministeriais, segundo o sexo, mostra que existe um predomínio masculino à frente dos ministérios, ou seja, a quantidade de mulheres que chefiam uma pasta ministerial ainda é muito modesta. Tal fato fica evidente, quando nenhum ministério ligado a área de infraestrutura e tecnologia foi comandado por uma mulher em meio a cinco mandatos presidenciais, período equivalente a vinte anos. Ao mesmo tempo em que as demais áreas ministeriais apresentaram percentuais de participação feminina abaixo de 15%.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a idade mínima para que alguém possa ser nomeado ministro de Estado é de vinte e um anos, mas a verdade é que, geralmente, os ministérios não são órgãos comandados por pessoas muito jovens. Ao analisarmos a idade dos ministros, verificamos que em média são pessoas com mais de 50 anos, o que nos faz pressupor que são indivíduos que possuem uma vasta experiência profissional e estariam, por isso, mais capacitados para ocupar tal posição. A área política foi aquela que mais concentrava ministros com idade superior aos sessenta anos, enquanto as áreas econômica e produtiva/ meio ambiente não tiveram, no período analisado, nenhum ministro na faixa etária dos 30 a 39 anos, entretanto os ministros da área econômica possuíam a menor idade média (50,6 anos). Cabe destacar, que dentre todos os ministros analisados nenhum, possuía idade inferior aos trinta anos na data de nomeação.

Quanto à escolaridade, o que se tem é que ministros são, em sua grande maioria, pessoas que possuem algum diploma universitário, principalmente o de graduação. Mas, quando as áreas ministeriais são comparadas, percebemos que existem áreas onde os ministros são pessoas que possuem uma escolaridade mais alta. Dentre todas as áreas, a econômica é aquela onde existiu o maior percentual de ministros com diploma de doutorado, chegando a quase 60%, enquanto na área social também foi identificado um percentual significativo de ministros com esta titulação, sendo de 30,8% (percentual quase equiparável ao dos ministros que possuíam apenas o diploma de graduação na referida área) percebe-se que apesar deste número ser o segundo maior quanto a titulação de doutor, se comparado com o apresentado pela área econômica, é possível concluir que é um valor significativamente baixo. Em

contrapartida, a área de infraestrutura e tecnologia apresentou o menor percentual de ministros sem formação universitária, apenas 2,5%. Enquanto que, com exceção da áreas política, estes valores giravam em torno de 10%.

Já que, como dito anteriormente, ministros geralmente possuem formação universitária, nos resta identificar quais seriam tais formações, ou seja, quais são os diplomas universitários mais frequentes como formação dos chefes ministeriais. As formações ligadas às profissões denominadas como clássicas pela literatura (advogados, economistas e engenheiros, por exemplo) estão presentes de forma expressiva também na formação dos ministros deste período. Direito foi a formação mais frequente entre os ministros de todas as áreas, exceto da área econômica que apresentou um cenário completamente diferente, onde nenhum ministro possuía tal formação, mas em compensação foi esta a área que apresentou o maior número de chefes ministeriais com diploma em economia, como já era esperado. Este último tipo de formação também se mostrou expressivo nas demais áreas ministeriais.

Em suma, geralmente, ministros com formação em direito, economia e engenharia, são maioria na maioria das áreas ministeriais. Aqueles com diploma de medicina se fazem mais presentes na área social e aqueles com diplomas da área de humanas, como psicologia, filosofia e letras, estiveram em maior quantidade relativa na áreas de infraestrutura e tecnologia. Percebemos ainda que o perfil dos ministros quanto à formação não é muito diferente, em relação às áreas ministeriais analisadas.

Tendo em vista que as profissões não são definidas apenas pelas formações universitárias, este trabalho buscou identificar qual era a profissão realmente exercida pelos ministros deste período, independentemente de suas respectivas titulações. Dessa forma, foi possível identificar um cenário um pouco diferente daquele apresentado pela tabela com dados acerca da formação dos ministros. Quando a questão é a profissão dos ministros, o perfil que mais predomina são os de gestores públicos, políticos profissionais e professores universitários. Enquanto o número de advogados e economistas cai significativamente quando comparados aos dados apresentados pela formação.

A partir dos dados que falam a respeito das profissões dos ministros, inferimos que os chefes ministeriais, geralmente, são pessoas com uma vasta experiência na área pública, perpassando muitas vezes por vários cargos públicos eletivos e não eletivos. Isso fica evidente quando percebemos um grande número de políticos profissionais e gestores públicos em todas as áreas ministeriais, tendo em vista que os critérios para categorização de um político profissional foram exclusivamente baseados na quantidade de cargos eletivos exercidos pelo ministro anteriormente à sua nomeação. Ademais, gestores públicos são entendidos aqui como indivíduos que exerceram vários cargos não eletivos na Administração Pública federal, estadual ou municipal. Isso quer dizer que quando inferimos que, uma vez que os ministros não eram pessoas muito jovens e por isso deveriam possuir uma maior experiência profissional, a pressuposição, neste caso, estava correta.

Ao identificar tais questões, tornou-se interessante aprofundar os conhecimentos acerca da experiência profissional dos ministros na área pública. Começando pelos cargos eletivos, percebeu-se que na área econômica, apenas 29,4% dos ministros já haviam exercido



algum mandato eletivo enquanto nas áreas de Infraestrutura Tecnologia, social e produtiva/meio ambiente, pelo menos a metade dos ministros já havia, ao menos uma vez sido eleito para algum cargo desta natureza, em qualquer esfera governamental. Mas o cargo que mais compõe a experiência eletiva dos ministros é o de deputado federal, que correspondeu ao percentual de 37% de todos os ministros do período em questão e também foi o mais expressivo dentre todas as áreas ministeriais. O Cargo de senador também esteve presente, de forma significativa, dentre os perfis dos ministros de todas as áreas, principalmente na área Política, que também contava com o maior percentual de ex-governadores. Por fim, ex-prefeitos e ex-vereadores estiveram em maior número nas áreas de infraestrutura e tecnologia e social, respectivamente.

Já no âmbito dos cargos públicos não eletivos, o percentual de ministros que já haviam exercido algum cargo desta natureza, foi muito alto. 81,5% de todos os ministros possuíam este tipo de experiência. Sendo os cargos mais frequentes os de secretários de governo e diretores de agência de governo. A área econômica foi área que apresentou o maior percentual, com 94,1% dos chefes ministeriais com experiência na Administração Pública em cargos e livre nomeação, principalmente os cargos de ministro e diretor de agência de governo. O número de ministros que já haviam comandado algum ministério anteriormente variou, aproximadamente, de 28 à 40% dos ministros de cada área ministerial.

Em suma, ministros são profissionais do sexo masculino, com idade em torno dos cinquenta e cinco anos, com formação universitária e larga experiência profissional na esfera pública, principalmente em cargos públicos não eletivos em nível de direção ou assessoramento. Muitos deles possuíam experiência em mandatos de deputado federal e senador. A partir das análises realizadas, podemos dizer ainda que, apesar de alguns autores considerarem as nomeações ministeriais como uma “moeda de troca” no jogo político no âmbito do presidencialismo de coalizão, as nomeações, de modo geral, são de pessoas com capacitações técnicas e experiência profissional para a atuação em tal cargo, principalmente na área econômica que apresentou um predomínio de ministros de caráter técnico, levando em consideração a formação e experiência em cargos públicos não eletivos.

Por fim, tendo como ponto de comparação as argumentações feitas pelos teóricos da Teoria Clássica das Elites, temos que os ministros brasileiros constituem uma elite política ministerial, com algumas características já evidenciadas anteriormente pelos teóricos clássicos, como indivíduos, majoritariamente homens, com níveis de escolaridade altos, experiência em cargos detentores de poder e controle de mecanismos importantes em uma sociedade, características que Pareto, por exemplo denominaria como típicas do estrato superior. O que nos faz refletir sobre a validade de alguns conceitos elaborados pelos autores elitistas clássicos. Ministérios comandados por pessoas com pouca qualificação técnica, e pouca experiência profissional pode ser algo preocupante tendo em vista a importância e a magnitude que as ações tomadas por estes indivíduos possuem em toda a sociedade, com a administração dos recursos públicos, que via de regra, são sempre escassos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBRÓSIO, Lucas e SILVA, Fernanda. *Presidencialismo de Coalizão no Brasil: trajetória recente e desafios de coordenação intragovernamental*. Cadernos Adenauer XVIII, nº2, 2017.

BATISTA, Mariana. *O poder executivo: uma análise do papel da presidência e dos ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010)*. Opinião Pública, Campinas, vol19, nº2, p.449-473, 2013.

BORGES, André e COELHO, Denilson B. *O preenchimento de cargos da burocracia pública federal no presidencialismo de coalizão brasileiro: análise comparada de dois ministérios – Ciência e Tecnologia e Integração Nacional*. in Cargos de Confiança no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, p.71-106, 2015.

BORSANI, Hugo. *Os partidos no poder e na oposição: impacto no perfil dos deputados nos principais partidos de Brasil e Chile*. Trabalho apresentado no IX Encontro da ABCP, Brasília, 4 a 7 de agosto de 2014.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acessado em 14 de maio de 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

CODATO, Adriano e FRANZ, Paulo. *Ministros-técnicos e ministros-políticos nos governos do PSDB e do PT*. Biblioteca Digital FGV, 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/72774> Acessado em 05 de maio de 2018.

D'ARAUJO, Maria Celina e LAMEIRÃO, Camila. *A elite dirigente do governo Lula*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

HELMS, Ludger. *The Presidentialisation of Political Leadership: British Notions and German Observations*. In *The Political Quarterly*. Vol. 76, Issue 3, pages 430 – 438, 2005.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

INÁCIO, Magna. *Escogiendo ministros y formando políticos: los partidos en gabinetes multipartidaristas*. América Latina Hoy, n. 64, p.41-66, 2013.

- LEMOS, Leany Barreiro de Souza, RANINCHESKI, Sonia. *Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário de da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90. O Senado Federal Brasileiro no Pós-Contituente*. Unilegis de Ciência Política, Vol. 4, Brasília, 2008.
- LERNER, Daniel e LASSWELL, Harold D. *As elites revolucionárias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LOPEZ, Félix G. *Cargos de Confiança no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2015.
- LOPEZ, Félix G. BUGARIN, Maurício. BUGARIN, Karina. *Mudanças político-partidárias e rotatividade dos cargos de confiança (1999-2013)*. in Cargos de Confiança no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, p.33-70, 2015
- MOSCA, Gaetano. *La Classe Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- MIGUEL, Luiz Felipe. *Capital político e carreira eleitoral: algmas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n 20, 2003.
- MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Trad. Valtensir Dutra, Revista técnica de Otávio Guilherme Velho, Quarta edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965.
- PARETO, Vilfredo. *Vilfredo Pareto: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.
- PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política in Os Economistas*. Trad. João Guilherme Vargas Netto, São Paulo Nova Cultural, 1996.
- PERISSINOTTO, Renato M., CODATO, Adriano. *Apresentação, Dossiê "Elites Políticas"*. Revista de Sociologia e Política. V.16, Nº 30, p.7-15, 2008.
- RODRIGUES, LM. *Mudanças na classe política brasileira [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. *A profissão da profissão política*. pp. 23-50. ISBN: 978-85-7982-011-3. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/h6kh6/pdf/rodrigues-9788579820113-04.pdf> Acessado em 29 de novembro de 2018.
- SHUMPETER, Joseph: *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Zahar, Rio de Janeiro, 1961 (1ª ed. Americana: 1943).